

AS TRANSFORMAÇÕES DA ESFERA PÚBLICA POLÍTICA BRASILEIRA DESDE AS JORNADAS DE JUNHO ATÉ O IMPEDIMENTO DE DILMA ROUSSEFF

Luiz Eduardo Nascimento dos Santos¹

Resumo: Este estudo analisa as transformações na esfera pública política brasileira, das Jornadas de Junho ao impedimento de Dilma Rousseff. O objetivo é entender como esses eventos reconfiguraram a esfera pública contemporânea. A pesquisa foca em três momentos: as manifestações de 2013, a Operação Lava Jato (2014) e sua relação com o impedimento da ex-presidente. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa histórica, qualitativa e descritiva, baseada em levantamento bibliográfico. Conclui-se que esses eventos transformaram significativamente a esfera pública brasileira. As manifestações de 2013 virtualizaram a mobilização política, enquanto a Operação Lava Jato e o impedimento de Dilma Rousseff intensificaram a polarização política, impulsionada por sentimentos antipolíticos e antipartidários.

Palavras-chave: Esfera Pública; Política; Jornadas de Junho; Dilma Rousseff.

THE TRANSFORMATIONS OF THE BRAZILIAN POLITICAL PUBLIC SPHERE FROM THE JUNE JOURNEYS TO THE IMPEACHMENT OF DILMA ROUSSEFF

Abstract: This study analyzes the transformations in the Brazilian Political Public Sphere from the June Journeys to Dilma Rousseff's impeachment. It aims to understand how these events reshaped the contemporary Public Sphere. The research focuses on three key moments: the 2013 protests, Operation Car Wash (2014), and its connection to Rousseff's impeachment. Methodologically, it is a historical, qualitative, and descriptive study based on a bibliographical review. The findings indicate that these events significantly transformed the Brazilian Public Sphere. The 2013 protests led to the virtualization of political mobilization, while Operation Car Wash and Rousseff's impeachment deepened political polarization, driven by anti-political and anti-party sentiments.

Keywords: Public Sphere; Politics; June Protests; Dilma Rousseff.

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário Projeção. E-mail: educrytek@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A partir do surgimento da internet, temos observado grandes transformações não somente na sociedade brasileira, mas em todo o globo. No âmbito político e social, novas formas de relações se formaram. Por um lado, a internet foi capaz de dar voz a grupos de indivíduos antes marginalizados, quebrou fronteiras linguísticas, culturais, econômicas e espaciais, facilitou tarefas do dia a dia e tornou a informação facilmente acessível como nunca antes na história. Por outro lado, o excesso de informação e desinformação, *fake news*, discurso de ódio, o uso inadequado das tecnologias de inteligência artificial, entre outros, são desafios para a prática política e democrática pelos cidadãos.

Os anos de 2013 a 2023 no Brasil têm sido palco de diversos acontecimentos importantes que tiveram influência direta e indireta nas transformações da esfera pública política brasileira. A partir disso, surge o seguinte questionamento: como e em que medida tais acontecimentos contribuíram para a reconfiguração da esfera pública política brasileira? Para responder a essa questão, este estudo tem como objetivo geral analisar as transformações ocorridas na esfera pública brasileira recente, com foco em três eventos principais: as manifestações ocorridas durante o ano de 2013; a Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, e, por fim, sua relação com o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff nos anos de 2015 e 2016.

Metodologicamente, esta pesquisa caracteriza-se como histórica e básica, com abordagem qualitativa e descritiva. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da análise de livros, artigos, teses e dissertações acadêmicas publicados entre 2013 e 2024, com o objetivo de compreender as principais discussões teóricas sobre o tema. O percurso metodológico se deu tendo como base teórica principal a teoria habermasiana da esfera pública, dialogando com outros autores (Aggio e Mendonça, 2023; Carvalho, 2023; Chaloub e Perlatto, 2023; Oliveira e Fernandes, 2017) para entender melhor as mudanças recentes no campo político-social brasileiro. O foco será analisar tais transformações do ponto de vista não somente da internet e do mundo virtual, mas à luz de outros fatores econômicos, políticos e comunicacionais. O procedimento metodológico interpretativo das fontes se dá buscando entender os padrões de fragmentação, polarização, privatização e seletividade da atual esfera pública política brasileira.

Nesse sentido, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre a reconfiguração da esfera pública brasileira, especialmente no contexto das transformações políticas e sociais recentes. Compreender esse processo é fundamental para esclarecer a complexidade das novas dinâmicas sociais e políticas que emergem no Brasil contemporâneo, marcado pela virtualização das interações públicas e influência das plataformas digitais (Aggio e Mendonça, 2023; Carvalho, 2023; Chaloub e Perlatto, 2023; Oliveira e Fernandes, 2017; Habermas, 2023; Pecoraro, 2023).

O presente estudo será estruturado em quatro partes. Primeiramente, será feita uma análise teórica do conceito de esfera pública política, tendo como base as noções do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Será discutida a relação entre a esfera pública, a sociedade civil, o sistema político-jurídico e sua importância para a prática político-deliberativa. Após isso, uma breve contextualização do conceito aplicado à realidade histórico-política brasileira, buscando entender mudanças recentes tendo como base autores nacionais. Em um terceiro momento, será analisado como as manifestações ocorridas durante o ano de 2013 marcaram uma nova forma de mobilização política e social a partir do uso do espaço virtual, caracterizando uma espécie de esfera pública híbrida. Por fim, a quarta parte tratará da relação entre a Operação Lava Jato e o processo de impedimento contra Dilma Rousseff. Será abordada a relação que se construiu entre a mídia, tanto a tradicional como as novas formas de mídia social, e as instituições do sistema político-jurídico brasileiro.

2 ESFERA PÚBLICA, SOCIEDADE CIVIL, SISTEMA POLÍTICO-JURÍDICO E POLÍTICA DELIBERATIVA EM JÜRGEN HABERMAS

Ao falarmos sobre esfera pública, tem-se o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas como um dos pensadores mais influentes no campo. Para Habermas (1997), a esfera pública é um fenômeno social caracterizado como uma rede comunicativa complexa e intersubjetiva, orientada ao entendimento mútuo entre os participantes. Nesse espaço, problemas são identificados, discutidos, problematizados e dramatizados, permitindo a formação de opiniões e tomadas de posição. Diferentemente de uma instituição ou organização formal, a esfera pública não possui uma estrutura normativa fixa de papéis e funções e também não pode ser definida como

um sistema, devido às suas fronteiras abertas e flexíveis, ora se expandindo, ora se contraindo. Seu aspecto mais fundamental é a interação entre sujeitos por meio de atos de fala, que constitui o núcleo de sua dinâmica e existência.

A formação de uma esfera pública está intrinsecamente conectada às demandas originadas na esfera privada, pois, segundo Habermas, “os problemas tematizados na esfera pública política transparecem inicialmente na pressão exercida pelo sofrimento que se reflete no espelho de experiências pessoais de vida” (Habermas, 1997, p. 97). Em uma determinada sociedade, há dois tipos principais de papéis que exercemos: o de cidadão, como titular da esfera pública, e o de membro da sociedade, como parte de relações sociais concretas: estudante, professor, trabalhador, médico, paciente, entre outros. Esses papéis que desempenhamos na sociedade influenciam nossas experiências privadas, que, por sua vez, moldam as questões que levamos à esfera pública. Assim, há uma relação dinâmica e contínua entre as esferas privada e pública no processo de deliberação, que surge no momento em que dois ou mais sujeitos se comunicam racionalmente, publicizando problemas causados por fatores internos e externos, de interesse público.

No livro em dois volumes *Teoria da Ação Comunicativa* (Habermas, 2022), publicado originalmente em 1981, Habermas passa a atribuir maior importância ao papel da comunicação como elemento fundamental para entender o processo de formação de uma esfera pública deliberativa. Para tanto, é necessário compreender dois conceitos fundamentais: o de mundo sistêmico, pautado por uma lógica instrumental, que é caracterizado por relações de bens e consumo, serviços, a política, cidadania, voto, relações impessoais, profissionais, entre outros; e o de mundo da vida, entendido como as tradições culturais, a linguagem, as interações pessoais e profissionais, laços de intimidade familiar e de amizade, em suma, nossas relações privadas. Oliveira e Fernandes (2017, p. 10-11) refletem que o processo comunicativo em uma esfera pública deliberativa

ao mesmo tempo em que cria condições para mudar os pontos de vista, as ações, pode criar um novo padrão de aceitação e entendimento entre os sujeitos. [...] O mundo da vida tem essa riqueza comunicativa expansiva questionadora, que alimenta não apenas seus participantes mais diretos, mas impulsiona a sociedade democrática. [...] Os processos comunicativos da esfera pública ligam os problemas do cotidiano dos homens comuns ao mundo

sistêmico e aos centros de decisão política, e tornam visíveis aos cidadãos comuns as decisões do mundo sistêmico [...] que vão alterar sua vida cotidiana.

Jürgen Habermas define três tipos de esfera pública: a esfera pública episódica, que se dá, por exemplo, em um bar, em uma conversa de elevador, em um breve encontro na rua ou em um simples diálogo com o vizinho; a esfera pública organizada, que tem um certo nível de organização, como uma reunião de pais e mestres, o público que frequenta teatros e concertos, assembleias sindicais ou reuniões de partidos políticos; e, por fim, a esfera pública abstrata, que ocorre em um âmbito mais complexo, como a mídia e sua relação com seus leitores, ouvintes, etc. Portanto, há desde esferas simples a múltiplas esferas em variados níveis de complexidade, que se dão em âmbito internacional, nacional, regional, local, cultural, social, econômico, entre outros.

Essas diversas esferas públicas estão interligadas como uma rede, em que uma é capaz de exercer influência direta e indireta sobre a outra. A deliberação entre os participantes de tais esferas públicas é capaz de formar opiniões públicas, que têm o poder de pressionar e legitimar ou não as decisões tomadas pelo sistema político-jurídico. Diversos fatores podem influenciar a dinâmica de uma esfera pública em uma sociedade. Nesse sentido, Habermas aponta, por exemplo, a influência de determinados grupos, tanto da sociedade civil quanto do sistema político-jurídico, que buscam assegurar seus interesses, como aprovar um projeto de lei ou eleger um candidato.

Dois campos sociais dialogam diretamente com a esfera pública política: a sociedade civil e o sistema político-jurídico. A sociedade civil pode ser entendida como:

movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil [...] institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões gerais no quadro de esferas públicas (Habermas, 1997, p. 99).

Nesse contexto, a sociedade civil se caracteriza como um campo autônomo do sistema político, estatal e econômico, permanecendo essencialmente vinculada ao mundo da vida, isto é, à esfera privada. Os direitos humanos fundamentais cumprem um papel importante ao garantir a liberdade, a igualdade e a pluralidade de ideias para que movimentos e organizações tenham a capacidade de dar voz e influenciar não somente uma determinada esfera pública, mas também o sistema político e jurídico. Por

isso, é essencial uma sociedade plural e democrática, pois só nela os cidadãos e cidadãs têm sua prática deliberativa garantida.

Por sua vez, o sistema político-jurídico, o único capaz de tomar decisões efetivas em um Estado de Direito, deve se manter sensível aos problemas levantados pela sociedade civil, representante de uma determinada esfera pública. Para entender os fluxos comunicativos de determinados problemas e como eles passam a integrar a agenda pública, Habermas propõe três modelos (Cobb; Ross e Ross, 1976 apud Habermas, 1997): modelo de acesso interno, modelo de mobilização e modelo de acesso externo. No primeiro caso, a iniciativa se dá unicamente pelo sistema político-jurídico, sem a influência da sociedade civil ou da esfera pública, muitas vezes as excluindo de forma ativa.

No segundo caso, há uma certa mobilização da esfera pública, mas ela ocorre quase sempre de forma passiva, sendo o sistema político-jurídico obrigado a mobilizar a esfera pública para dar legitimidade popular a seus projetos. No terceiro caso, por fim, a esfera pública mobilizada atua ativamente, mediante protestos, por exemplo, a fim de exercer pressão no sistema político-jurídico por meio da opinião pública política. Para Habermas, é perceptível que, em sociedades democráticas, o terceiro caso tende a ser mais recorrente, embora os dois primeiros ainda predominem. Para tanto, Habermas defende que o sistema político e jurídico seja mais sensível às demandas públicas e permita maior deliberação por parte dos cidadãos.

Portanto, conclui-se que a sociedade civil desempenha um papel essencial ao mobilizar os problemas emergentes da esfera pública política, pressionando o sistema político-jurídico, único capaz de decidir os rumos de uma sociedade democrática. Essa articulação entre os três fenômenos – esfera pública, sociedade civil e sistema político-jurídico – é indispensável para garantir direitos fundamentais e fortalecer a participação política em uma sociedade democrática. Sem essa harmonia, o risco de deformações na esfera pública aumenta, comprometendo a confiança dos cidadãos e enfraquecendo a legitimidade do sistema político-jurídico na resolução de problemas sociais e políticos.

3 ESFERA PÚBLICA POLÍTICA BRASILEIRA

Para compreendermos o processo de formação de uma esfera pública política brasileira, antes é necessário entender que as esferas públicas não se formam da mesma

maneira em todos os contextos históricos, políticos, sociais e culturais. Nesse sentido, Carvalho (2023) aponta para a necessidade de adaptar a ideia de uma esfera pública burguesa habermasiana, muito focada nos processos históricos e políticos europeus, para a realidade político-histórica brasileira, marcada, em especial, por processos coloniais de poder. Ao refletir criticamente sobre a aplicação de tal esfera habermasiana em países periféricos como o Brasil, destacam-se dois conceitos específicos para caracterizar a esfera pública política brasileira.

Em primeiro lugar, a ideia de esferas públicas subalternas (Fraser, 1999 *apud* Carvalho, 2013), isto é, não existe uma única esfera pública hegemônica que abraça todos os públicos e discursos, mas várias esferas públicas que dialogam e conflituam de diversas formas com o amplo espaço político. Tais esferas públicas subalternas ampliam os debates públicos, contribuindo para o fortalecimento dos fluxos comunicativos racionais e processos de entendimento entre diferentes grupos sociais. Além disso, esses processos comunicativos de entendimento se dão não somente de forma externa com diferentes esferas, mas também de forma interna e coletiva.

Em segundo lugar, pode-se entender a esfera pública política brasileira como seletiva (Perlatto, 2014 *apud* Carvalho, 2023), isto é, uma esfera pública mais geral que seleciona, incluindo e excluindo, os sujeitos que nela podem ser partícipes e os temas que podem ser discutidos.

Compreender a existência de esferas públicas subalternas no Brasil passa necessariamente pelo reconhecimento de que os modos de organização coletiva e de resistência política no país são atravessados por relações de poder que reproduzem o modelo colonial. Há, nesse sentido, não só a existência de grupos socialmente desiguais, mas também de manifestações culturais e formas de sociabilidade desigualmente valorizadas no espaço público [...] (Carvalho, 2023, p. 18).

Perlatto e Chaloub (2023) entendem que tal esfera pública seletiva formou-se no Brasil desde o período joanino, e vem sendo, com o passar das décadas e diferentes contextos histórico-políticos, transformada. Ao tratarem do momento pós-redemocratização, por fim, concluem que, apesar de a esfera pública brasileira ter se tornado mais aberta com a inclusão de novos sujeitos, temas, movimentos sociais, entidades, ainda é latente uma certa seletividade, embora em menor grau. Mudanças

no sistema político-jurídico também são fatores essenciais, como o sufrágio universal e os direitos fundamentais como cláusula pétreas na Constituição Federal de 1988.

Certas características que marcam a história da cultura política brasileira ainda se fazem presentes, como o autoritarismo e a violência, por exemplo, que sempre se fazem presentes em momentos de crise política e institucional. Para entender, no entanto, as transformações políticas ocorridas no período pós-2013, é necessário olhar também para outros elementos, para além dos estudos dos efeitos da internet. Para Mendonça e Aggio (2023), 4 eixos são essenciais para diagnosticar tais metamorfoses.

Em primeiro lugar, no campo da economia política, a ascensão do neoliberalismo no Brasil a partir do final dos anos 1980 gerou uma espécie de combate ao coletivismo com um discurso centrado na atomização do indivíduo. As demandas do mundo privado passam a ter um maior protagonismo e, também, antagonismo frente a demandas de interesse e bem comum. Paradoxalmente, essa hipertrofia do privado faz com que as pessoas, isoladas, busquem conforto e segurança em grupos sociais com as mesmas demandas e visões do mundo, bolhas sociais que cada vez mais antagonizam com visões de mundo destoantes.

Outro aspecto são as mudanças na natureza dos processos de subjetivação e formação de sujeitos, que enfraquecem o ideal democrático. Se eu não me vejo como integrante e parte de uma comunidade, há um enfraquecimento de instituições sociais importantes para mediar o mundo da vida e o sistema político-jurídico, como sindicatos, associações, movimentos sociais, etc. Esse sujeito, cada vez mais atomizado, é o único capaz em uma sociedade que, se vitorioso, foi por méritos próprios, se fracassado, é culpa única e exclusivamente sua. As bases da cidadania coletiva e comunitária se veem cada vez mais enfraquecidas.

Além disso, reconfigurações no ecossistema comunicacional também têm papel essencial para diagnosticar mudanças na esfera pública política brasileira. Com o advento da internet, é inegável a diversidade de esferas discursivas surgidas, novos sujeitos e temas não só têm um espaço discursivo, como também houve uma ampliação de suas fronteiras, inclusive internacionalmente. De forma paradoxal, no entanto, tais ampliações não necessariamente configuraram uma melhora nos fluxos comunicacionais. A fragmentação em bolhas sociais e o surgimento de esferas semipúblicas, isto é, marcadas pela hipertrofia do privado, distanciam cada vez mais tais esferas discursivas.

O excesso informacional é outro fator a se considerar no contexto de mudanças comunicacionais. A falta de mediação de instituições especializadas na formação e veiculação do saber, como a mídia e as universidades, faz com que essas bolhas fragmentadas e fechadas em si mesmas formem suas próprias epistemologias, gerando conhecimentos alternativos, como negacionismos e conspiracionismos. Em um cenário de arenas públicas privadas, importa mais o que eu e meu grupo achamos que é um conhecimento válido, não os outros.

Por fim, alterações no funcionamento político e o papel normativo dos debates públicos também constituem um eixo essencial. A esfera pública privatizada com seu próprio ecossistema comunicacional gera uma espécie de culto ao amadorismo. Torna-se fator de preocupação quando líderes dessas esferas públicas privatizadas são capazes de alcançar espaços públicos no sistema político-jurídico, isto é, sistema esse que é capaz de tomar decisões que afetam toda a coletividade. Enquanto representante de uma esfera privatizada, tal líder buscará responder somente a tais demandas, não levando em conta mais o bem comum e comunitário.

Em um contexto de crise democrática, marcada por uma extrema polarização, a ascensão de líderes autoritários se torna mais fácil. Tais líderes, como Donald Trump e Jair Bolsonaro, têm como marcas discursos antissistemas e populistas, enfraquecendo o papel de instituições e a importância da coletividade e do bem comum. Os discursos de tais líderes são marcados por demandas de sua própria visão de mundo, representando somente o grupo social do qual fazem parte. Para Mendonça e Aggio (2023), isso enfraquece o debate racional entre os diversos sujeitos partícipes de uma esfera pública política, seja uma esfera pública mais ampla, sejam diversas esferas públicas menores com suas próprias identidades.

Em um contexto de esferas públicas cada vez mais privatizadas, não é mais o debate racional visando o interesse comum que importa, mas as brigas e as discussões em que um representante de uma bolha fragmentada busca cada vez mais atenção e aprovação de seus semelhantes. Essa reconfiguração dos debates passa por uma forma de escandalização crescente, enfraquecendo o agonismo, tão essencial à democracia, e fortalecendo o antagonismo, em que cada grupo passa a enxergar o outro como inimigo a ser combatido de qualquer forma.

Em suma, pode-se entender, para além dos aspectos da plataformação das redes e mídias digitais mediadas por tecnologias da informação e comunicação, aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos que também influem na atual configuração da esfera pública política brasileira. De um lado, uma esfera pública seletiva que, apesar de ter sua fronteira ampliada durante o correr da história brasileira, ainda é marcada por uma certa seletividade em menor grau, apesar de não menos importante, no que tange a alguns atores sociais mediados por raça, gênero, classe, orientação e identidade sexual.

Por outro lado, tais atores não fazem necessariamente parte de forma completa em uma esfera pública homogeneizada, mas cada grupo social constitui diferentes esferas públicas que dialogam entre si, tanto internamente como externamente, lutando por seu espaço em uma dita esfera pública ampla e nacional. É imperativo também considerar aspectos como o papel da economia política que permeia a sociedade brasileira pós-redemocratização, marcada pelo neoliberalismo individualizante, a hipertrofia do privado sobre o público e a consequente carência do sentimento de coletividade e bem comum, dificultando assim o sentimento de pertencimento e enfraquecendo o papel comunicativo entre diferentes sujeitos e visões de mundo.

4 MANIFESTAÇÕES DE 2013

2013 foi sem dúvida um ano importante para a história política recente brasileira. O terceiro ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff ficou marcado por grandes manifestações que influenciaram direta ou indiretamente os anos seguintes. Ao contrário do que se imaginou por muito tempo, tais não tiveram início em São Paulo. Conforme Sousa (2016), cidades como Porto Alegre, Natal e Goiânia já haviam presenciado manifestações de grande volume nos meses de março e maio por conta de aumentos em tarifas que vigoravam desde janeiro daquele ano.

Com a principal organização do Movimento Passe Livre, fundado em meados de 2003, os protestos de junho passaram a levantar atenção da mídia e do sistema político. Por volta das 18h00 do dia 6 de junho de 2013, cerca de 2 mil pessoas, dentre elas estudantes e trabalhadores de diversas áreas, convocadas através das redes sociais, reuniram-se em frente ao Teatro Municipal na cidade de São Paulo. A principal pauta era o aumento de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 das tarifas de transporte público. Assim como

as manifestações ocorridas anteriormente em outras cidades, foi marcada por graves conflitos com a polícia militar do estado e casos de vandalismo.

Com repercussão nacional e internacional, não demorou para que a adesão às manifestações se espalhasse pelas principais cidades brasileiras. Um dos atos mais simbólicos do levante foi quando, no dia 17 de junho, em Brasília, um grupo de manifestantes subiu na parte superior do Palácio do Congresso Nacional. As pautas reivindicadas foram se diversificando com o passar dos dias, com demandas por mais recursos para saúde e educação, o repúdio à corrupção e a objeção a gastos excessivos do governo por conta de grandes eventos como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de 2014.

Havia, naquele momento, um sentimento de união do povo brasileiro em prol de causas que afetavam diretamente toda a nação. Cartazes, expressões e frases como “o povo unido, jamais será vencido!”; “eu sou brasileiro com muito orgulho, com muito amor!”; “o povo unido não precisa de partido!”; “sem partido!” e os conhecidos lemas “o gigante acordou!” e “não é só pelos 20 centavos!” eram presentes em praticamente todas as manifestações. Com o tempo, porém, tal sentimento de união se esvaiu a partir do momento em que os protestos foram se fragmentando entre diferentes visões de mundo e opiniões cada vez mais conflitantes (Sousa, 2016).

Há ainda um debate sobre as consequências políticas desse grupo de manifestações no Brasil recente. De um lado, alguns pesquisadores entendem que as manifestações foram uma espécie de marco importante para o surgimento da extrema-direita que culminaria na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Outros enxergam os protestos como uma espécie de levante popular da esquerda brasileira. Por fim, há quem entenda que as duas visões estão corretas, mas não que dali surgiu o que seria a extrema-direita e o bolsonarismo, que são visões que já vinham sendo praticadas anteriormente e que 2013 foi apenas uma janela de oportunidade política. Entendemos, no entanto, que ambas as visões fazem sentido se nos atentarmos para as diferentes fases das manifestações.

Conforme destaca Salomão (2024), muito do que vimos em junho de 2013 refletiu diretamente nas manifestações pró-impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, em especial se considerarmos as últimas semanas das manifestações, em que pautas antissistema, antipartidárias e anticorrupção ganharam protagonismo, embora

mais organizadas em torno de movimentos e líderes, enquanto pautas mais sociais perderam espaço. Contudo, ao menos nas primeiras semanas, pautas da esquerda tiveram maior protagonismo, mais focadas em questões sociais, de interesse comum, organizadas de forma autonomista e horizontal, sem lideranças claras. O que mais importa é entender que as manifestações de 2013 foram um fenômeno complexo, contraditório e marcado por vozes dissonantes e heterogêneas. Seus efeitos diretos e indiretos no cenário político nacional continuam sendo objeto de debate público e acadêmico.

A partir dos conceitos de Habermas (1997), é possível interpretar os protestos de junho de 2013 como uma mobilização ativa da esfera pública, onde os cidadãos se organizaram por meio de movimentos da sociedade civil para expor e debater problemas que vinham afetando suas vidas cotidianas. Essas manifestações tiveram força suficiente para pressionar o sistema político-jurídico, quando algumas das reivindicações chegaram a ser atendidas, como a diminuição das tarifas em algumas cidades (Balza, 2013). Um dos principais legados que fica das manifestações de 2013 é a nova forma de mobilização da esfera pública política, mediada pelas redes sociais e mídias de comunicação em massa.

O uso da internet como meio para novas formas de atuação política tem sido amplamente estudado nos últimos anos. Criada em um contexto acadêmico e militar no período da Guerra Fria, a partir dos anos 90, ela se tornou cada vez mais acessível e difundida entre as pessoas. Elementos como a facilitação de sua linguagem, a evolução tecnológica dos aparelhos, que se tornaram cada vez mais portáteis, bem como o advento de formas de comunicação sem fio foram facilitadores para esse processo.

Antigamente, a criação de um site era privilégio daqueles que tinham um conhecimento avançado de programação informática. [...] Mas o aparecimento de sites que possibilitam a todos a criação e publicação de conteúdos mudou a forma de se vivenciar a rede. Os blogs são exemplos desta mudança significativa. Neles, qualquer pessoa sem muitos conhecimentos das ciências da computação pode ter o seu próprio endereço eletrônico e assim postar para toda a rede os materiais que mais lhe interessassem. Isso ampliou claramente o número de indivíduos que criam e enviam informações, e não apenas recebem e digerem. Outro fator importante, porém, mais recente, foi o desenvolvimento das chamadas redes sociais virtuais, como o Facebook, o Twitter, o Instagram e o Youtube. Dessa forma, os blogs deram ao usuário o poder de produzir e disponibilizar conteúdos, mas as redes sociais modificaram a maneira com que essas informações são divulgadas. [...] Frente às diversas possibilidades de uso que a rede proporciona, os usuários comuns têm utilizado

a rede não só como instrumento de comunicação entre si, mas também como espaço de articulação de grupos, organizações e instituições (Espírito Santo, p. 15-16).

Para Habermas (1997), apesar do engajamento por meio das redes virtuais de comunicação, o espaço público físico ainda se faz importante para a prática política, o que gera uma espécie de espaço público híbrido. No contexto dos protestos de 2013, grande parte das organizações se deu no mundo virtual, levando em conta demandas da vivência diária das pessoas, que por fim se reuniam fisicamente. O aumento das tarifas, vindo do mundo sistêmico, causou efeitos no mundo privado das pessoas. Um impacto no orçamento familiar, por exemplo, influencia os momentos de lazer com a família e amigos, diminui o poder de compra, etc. Tais demandas passaram a ser publicizadas, pois entende-se ser de interesse comum dos cidadãos. Neste momento, esferas públicas espontâneas e organizadas representadas por movimentos sociais passaram a fazer pressão no sistema político-jurídico e midiático.

O aumento da diversidade de pautas, visões e opiniões possibilita uma maior capacidade deliberativa, porém, também uma maior possibilidade de dissensos políticos. Os anos que viriam depois seriam marcados por uma crescente polaridade política, muito aliada às mudanças trazidas pelas novas formas de esferas públicas híbridas. A maior democratização da internet e o uso extensivo de plataformas como WhatsApp, Facebook, X (antigo Twitter), Instagram, TikTok, Youtube, dentre outros, fez com que mais pessoas participassem do processo político virtualizado. Essa generalização da esfera pública híbrida, ao mesmo tempo em que expande suas fronteiras para um maior número de participantes, também pode acabar se fragmentando entre diferentes esferas públicas.

Esse processo de fragmentação faz com que essas novas esferas públicas se fechemumas às outras, formando espécies de bolhas políticas e sociais. Uma consequência direta é a dificuldade que se forma no processo de deliberação política, pois uma esfera política fechada a outras visões de mundo tende à intolerância a outras esferas políticas. Aliado ao uso de algoritmos por parte das novas plataformas de mídias sociais, essa barreira que se forma entre diferentes esferas fragmentadas contribui para a formação da polarização política extrema. A esse fenômeno, Habermas (2023) trará a noção de esfera semipública, que surge a partir do momento em que os cidadãos não

conseguem mais distinguir as fronteiras do que é do mundo privado e do que é do mundo público.

Como vimos anteriormente, Aggio e Mendonça (2023) também identificam essa esfera pública privatizada, onde as demandas privadas de indivíduos passam a ter mais protagonismo que demandas do mundo da vida, coletivas. Ao fazer uma postagem em um perfil da rede social, abre-se um espaço público de acesso livre onde todos os usuários estão em pé de igualdade em sua intervenção, ao mesmo tempo que tendem à deliberação somente com quem compartilha de seus mesmos ideais.

Essa nova mudança estrutural da esfera pública ficará mais clara a partir das eleições de 2018, em especial no período da pandemia da Covid-19. Até o momento em 2013, essa superfragmentação da esfera pública em esferas semipúblicas e privatizadas cada vez mais polarizadas ainda não era totalmente perceptível, mas o que fica é a noção de que a esfera pública híbrida já cumpria um importante papel de mobilização e participação política.

Portanto, a partir das manifestações de junho de 2013, é perceptível que houve uma mudança na estrutura da esfera pública política brasileira por ter sido um momento em que houve um extenso uso do espaço virtual para a convocação das manifestações. Tais esferas, a virtual e a física, interagem uma com a outra em tempo real. Porém, com o passar do tempo, as fronteiras expandidas passaram a se fragmentar em esferas semipúblicas e hiperpolarizadas a partir da diversidade política dos manifestantes. Essa fragmentação das esferas públicas torna-se um fator preponderante para a formação de barreiras do processo político comunicativo e deliberativo.

Se a prática deliberativa em uma democracia é prejudicada, abre-se espaço para discursos populistas e autoritários, capazes de inflamar ainda mais o processo de polarização política e social. Esse processo de polarização será ainda mais inflamado a partir de dois eventos próximos: a Operação Lava Jato e o então processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. O que fica de 2013 é, sem dúvidas, o entendimento de que a partir dele surgiu uma década extremamente importante para se entender a história política brasileira recente.

5 LAVA JATO, IMPEDIMENTO E A MÍDIA

Em 25 de agosto de 2016, o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski, então presidente da 133ª Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, leu a sentença que decidiu, por 61 votos, pela perda do mandato de Dilma Rousseff. A ex-presidente foi acusada de crime de responsabilidade por contratar crédito com entidades públicas controladas pela União e pela edição de decretos de crédito suplementar sem a autorização do Congresso Nacional (Brasil, 2016). Este evento marca, inegavelmente, um ponto crucial na história política brasileira, apesar das controvérsias acerca da legalidade e motivação política. Foi a segunda vez que um presidente eleito democraticamente foi impedido pós-redemocratização, simbolizando a crise política daquele período.

Alguns elementos contribuíram para a legitimação do processo de impedimento perante parte da opinião pública. O país enfrentava, à época, uma grave recessão econômica, que durou de 2014 a 2017. A inflação acumulada em 2015 chegou a 10,67%, o maior índice desde 2002, e o consumo médio das famílias apresentou sua primeira queda desde 2003, com recuo de 3,2% no Produto Interno Bruto (PIB), que fechou o ano com -3,5%, a maior retração desde 1990 (Oliveira, 2016; Uol, 2016; Brasil, 2017). Esses fatores impactaram diretamente a percepção da população sobre o governo, quando, em agosto de 2015, a aprovação de Dilma Rousseff caiu para 8%, enquanto a reprovação alcançou 71%, a maior não só de sua gestão, mas de todos os presidentes eleitos após 1989, superando inclusive Fernando Collor (G1, 2015; Datafolha, 2015).

Salomão (2024) destaca ainda o descontentamento de uma alta classe média com o governo, em especial a partir das últimas semanas das manifestações de 2013. Políticas econômicas neodesenvolvimentistas, políticas afirmativas como as políticas de cotas para acesso em universidades e concursos públicos, pautas anticorrupção, muito motivadas pelo julgamento do mensalão e a operação lava jato, dentre outros fatores, foram essenciais para a mobilização de uma classe média mais à direita contra o governo petista. Além disso, a partir do segundo semestre, as manifestações de 2013 passaram a ser mais organizadas por movimentos mais à direita e certas lideranças que seriam fundamentais para mobilizar as manifestações pró-impedimento.

Segundo Bozza Martins, Dutt-Ross e Veiga (2020), alguns fatores influenciaram direta e indiretamente o processo de impedimento do ponto de vista político. Em primeiro lugar, a avaliação negativa da economia e os altos índices de desaprovação levaram à perda de apoio político e social do governo, criando condições favoráveis para que o processo fosse apoiado e legitimado por parte da população. Além disso, em 2015, a Operação Lava Jato, que tinha como um de seus principais protagonistas o ex-juiz Sérgio Moro, era quase que diariamente manchete nos principais veículos de mídia e comunicação no Brasil, fazendo com que a corrupção fosse percebida pela população como o principal problema do país, inclusive mais até que os problemas econômicos. Por fim, os protestos tanto virtuais como os de rua que aconteceram naquele período sinalizavam o início de uma crescente ultra polarização que acabaria por marcar o país nos anos vindouros. Tais eventos foram fundamentais para dar base e apoio popular aos parlamentares que iniciaram o processo de impedimento.

Iniciada em março de 2014, a operação tinha inicialmente o objetivo de desarticular quadrilhas que lavavam dinheiro e cometiam outros crimes contra a ordem tributária e financeira. A mídia desempenhou um papel importante por publicizar, muitas vezes com tom de escandalização, os atos da investigação de instituições como o Ministério Público Federal, Polícia Federal e o Poder Judiciário. Segundo Bachini, Barbabela e Feres Júnior (2018), essa relação mídia/política formada naquele momento marcou o início de um novo paradigma para se analisar a influência que ambos têm na esfera pública política.

Em um primeiro momento, é importante ressaltar o modo como a mídia tradicional teve que se adaptar às novas demandas informacionais por parte da população. Esse processo é fundamental para entender como as novas formas de mídias sociais têm reconfigurado o processo político-deliberativo brasileiro. Em segundo lugar, inverteu-se o papel de autores-atores no processo comunicativo de formação e propagação de informações, fazendo com que a necessidade de profissionalização dos processos midiáticos não fosse mais tão necessária para produzir opiniões públicas capazes de exercer pressão no sistema político-jurídico.

Ao entrevistar cerca de 20 jornalistas que cobriram a Lava Jato, Carolina Pecoraro (2023) demonstrou a relação de cumplicidade e instrumentalização estabelecida entre o judiciário e os veículos de mídia. Os entrevistados reconheceram-

se como influenciadores capazes de moldar uma nova interpretação da realidade, já que os veículos tradicionais de mídia ainda eram a principal forma de informação. A criação intencional da imagem de um herói e salvador do ex-juiz Sérgio Moro, assim como o crescente uso da pauta anticorrupção por parte de grupos políticos, também foram fundamentais para criar a imagem de que a Operação Lava Jato estava varrendo a sujeira do país.

Ficou destacado o enviesamento e a parcialidade nas matérias dos principais veículos de imprensa. Outro ponto abordado na pesquisa é a competição entre os veículos tradicionais e independentes, assim como o crescente número de influenciadores digitais. Tal competição resultou em uma menor análise crítica e objetiva dos conteúdos das reportagens, dado o ritmo acelerado e a alta demanda por informações no mundo virtualizado. Tal fato gera a necessidade de engajamento nas redes sociais para alcançar o maior número de pessoas.

As implicações da percepção da opinião pública sobre a corrupção podem ser observadas por diversos aspectos. [...] Os escândalos de corrupção no Brasil [...] sobretudo a Lava Jato, podem ser associados, junto a outros indicadores, a questões políticas como a redução da avaliação positiva do governo e da confiança na figura presidencial, à redução da legitimidade das instituições democráticas e representativas e à drástica diminuição da identificação partidária. [...] Alguns partidos parecem ser mais penalizados em casos de escândalos de corrupção, como é o caso do PT que [...] perdeu grande número daqueles que se dizem identificados e/ou simpatizantes da legenda. No mesmo sentido, podemos dizer que os escândalos de corrupção tendem a deixar os cidadãos mais descrentes com relação às instituições políticas, especialmente, os partidos e a classe política (Baptista; Telles, 2018, p. 253).

Assim, entende-se que a mídia teve um papel fundamental na reconfiguração da esfera pública naquele momento, pois ainda é um dos principais meios de acesso à informação no Brasil. Longe da neutralidade, o acesso à cobertura com menor rigor crítico e objetivo e com reconhecido viés acaba por contaminar o juízo de valor do agente que está recebendo a informação, o que afeta sua percepção sobre os acontecimentos políticos e sociais relevantes. A descrença no sistema político brasileiro, o discurso anticorrupção e o uso político da mídia tradicional e independente como formadora de juízos de valor na esfera pública são elementos fundamentais para a legitimação dos participantes de tal esfera pública.

Para Jürgen Habermas (1997), a mídia cumpre um importante papel de comunicação pública das demandas formadas em uma determinada esfera pública. Ela tem uma espécie de poder seletivo, ou o que ele chama de poder de mídia, de temas, opiniões e demandas, tanto do lado da oferta como do lado da demanda por informações. Os processos de formação de informação podem tanto politizar como despoliticizar uma dada esfera pública política. Para ele, a mídia qualificada, técnica, a que vemos predominantemente em veículos oficiais e tradicionais, consegue exercer um papel de pressão maior que atores coletivos fora da sociedade civil.

Ao analisar as mudanças estruturais recentes do papel da mídia na esfera pública política, Habermas (2023, p. 54-55) defende que

O sistema de mídia tem uma importância decisiva para a esfera pública política desempenhar seu papel de gerar opiniões públicas concorrentes que atendam aos critérios da política deliberativa. [...] Embora para os atores da sociedade civil os encontros *face-to-face* no cotidiano e em eventos públicos sejam os dois âmbitos imediatos da esfera pública [...] é só a comunicação pública guiada pela mídia de massa que forma o âmbito em que os ruídos comunicativos podem ser condensados em opiniões públicas relevantes e eficazes.

O processo de formação de uma opinião pública de qualidade deliberativa capaz de refletir na tomada de decisões políticas se divide em três partes. Primeiramente, atores da sociedade civil, formadores de opinião, grupos de políticos, os cidadãos, etc. devem ser sensíveis e capazes de perceber problemas e demandas que mereçam ser publicizadas na esfera pública. Após isso, tais problemas e demandas serão processados pela comunicação pública, sendo a mídia uma de suas principais representantes. Esse processo vai selecionar e tratar tais problemas e demandas, serão organizadas reuniões, debates, edição e revisões. Os problemas e demandas tratados são, por fim, tornados compreensíveis e acessíveis ao público. Por fim, o público reagirá às informações, gerando opinião pública que deve ter a qualidade deliberativa suficiente para mobilizar os participantes de tal esfera pública.

A transformação nesse processo de formação de opinião pública com qualidade deliberativa se fortalece a partir do surgimento das novas plataformas de mídia. Para Habermas (2023), a nova mídia social, muitas vezes informal, causa uma profunda mudança nos processos de comunicação pública na medida em que os participantes passam a ser autores ativos no processo de comunicação. Veículos tradicionais como o

jornal impresso, o rádio e a televisão tinham o papel de autores no processo de comunicação, enquanto os cidadãos tinham papéis mais passivos de leitores, ouvintes e telespectadores.

Por um lado, as novas formas de mídias sociais emancipam seus participantes ativos e passivos. Isso é importante, pois fortalece a participação política democrática. Uma das principais barreiras é o fato de que tais plataformas digitais são comandadas por grupos e empresas que muitas vezes buscam somente o lucro e a defesa de seus interesses. Não que os veículos tradicionais de mídia não tenham o mesmo problema, porém, uma das principais diferenças entre os veículos tradicionais e as novas plataformas sociais digitais é a falta de profissionalização e tecnicidade necessárias para o bom trato da informação. O processo da informação que se dá nas novas mídias sociais muitas vezes não passa por um tratamento necessário a fim de garantir sua qualidade informatacional nem a qualidade deliberativa. Muitas vezes, os novos autores acabam confundindo as barreiras existentes entre as esferas do mundo privado e do mundo público.

Assim, é possível compreender duas grandes mudanças na esfera pública a partir da relação entre a Operação Lava Jato e o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, mediadas pelo processo midiático. Em primeiro lugar, a relação entre as instituições do sistema político-jurídico e os veículos de mídia, em grande parte os tradicionais, teve a capacidade de influenciar a opinião pública naquele momento. A exposição em massa gerou em uma grande parcela do público o fortalecimento de sentimentos antipolíticos e antipartidários, em especial antipetistas.

Além disso, tais discursos, aliados e mediados também pelas novas formas de mídia social, propiciaram que novos autores independentes tomassem protagonismos em processos de deliberação, que se deram principalmente na esfera pública virtualizada. Como já vimos, as esferas públicas virtuais são capazes de expandir suas fronteiras para um sem-número de participantes, ao mesmo tempo em que são capazes de se fecharem em espécies de bolhas político-sociais, contribuindo de forma direta para o aumento da ultrapolarização política e afetiva.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou esclarecer como e em quais medidas as esferas públicas políticas brasileiras foram reconfiguradas a partir de três principais eventos ocorridos durante o período de 2013 a 2016. Em um primeiro momento, foi feito um breve esclarecimento teórico acerca do conceito de esfera pública política a partir das contribuições do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Foi abordado como a esfera pública se relaciona com outros campos sociais, como a sociedade civil e o sistema político-jurídico, bem como a importância dessa relação para a prática política democrática.

Posteriormente, trazemos uma breve contextualização de análise do conceito de esfera pública para a realidade brasileira. Tratamos dos conceitos de esfera pública seletiva, isto é, uma esfera pública que seleciona tanto os sujeitos que podem participar ou não como os temas que nela podem ser debatidos ou não. Foi discutida também brevemente a noção de esferas públicas subalternas, aquelas que, uma vez excluídas de uma esfera pública mais ampla e homogênea, ora podem agir de forma dialógica buscando inclusão, ora podem agir de forma agonística buscando contestação.

Diante disto, destacou-se que 2013 foi um ano importante para a história política brasileira a partir do momento em que a internet e as novas plataformas de mídias sociais serviram de meios para novas formas de mobilização política. As mobilizações que se iniciavam no mundo virtual a partir de demandas do mundo físico geraram esferas públicas políticas híbridas, que influenciaram direta eativamente o espaço físico a partir de protestos de ruas capazes de exercer pressão no sistema político-jurídico.

Além disso, foi exposto como a fragmentação de visões de mundo e opiniões surgidas a partir de 2013 refletiu nos próximos anos. Tais dissensos ficaram mais evidentes a partir das consequências geradas pela Operação Lava Jato e sua relação com o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff. A principal influência que tais eventos tiveram na reconfiguração da esfera pública política se deu principalmente a partir da relação formada entre o sistema político-jurídico e a mídia no âmbito da Lava Jato.

Tais mudanças geraram profundas consequências políticas nos anos que vieram após o impedimento da Dilma Rousseff. Eventos como o governo Jair Bolsonaro, a pandemia de Covid-19, o pleito eleitoral de 2022 e os consequentes atos

antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 constituem exemplos de momentos marcados pela ultrapolarização política e social decorrente. Em suma, pode-se dizer que tais processos contribuíram para uma esfera pública brasileira hiperfragmentada, isto é, esferas que cada vez mais se distanciam umas das outras ao mesmo tempo em que se fecham em si mesmas, antagonizando-se de forma cada vez mais radical.

Tais esferas fragmentadas têm como principal marca uma hipertrofia do mundo privado sobre o público, onde o bem comum não tem mais tanta importância para ditar as dinâmicas desses grupos, a que Jürgen Habermas vai denominar esferas semipúblicas. As lideranças que advêm dessas esferas privatizadas, quando chegam ao sistema político-jurídico, buscam reivindicar somente as demandas das esferas que representam, não se orientando mais para as bases da cidadania coletiva. Ao formarem epistemologias próprias, tais esferas privatizadas estão sujeitas a uma maior disseminação de desinformações, negacionismos e conspiracionismos, pois instituições especializadas como mídia e universidades são cada vez menos demandadas como mediadoras do saber. Tal fato se tornou mais crítico durante o período da pandemia de COVID-19, embora no momento das eleições de 2018 também tenha se feito muito presente.

Portanto, conclui-se que a esfera pública política brasileira vem passando por metamorfoses importantes. De um lado, tem-se uma esfera híbrida, em que os discursos se dão cada vez mais no mundo virtualizado das redes sociais, reverberando de forma latente no espaço físico. Por outro lado, conjuga-se com uma perceptível hipertrofia de demandas privadas sobre interesses coletivos, barreirando a construção de bases sólidas da vida cívica comum. Uma esfera pública marcadamente privatizada se fragmenta em bolhas sociais, fechando-se umas às outras, dificultando o tão importante elemento essencial para o fortalecimento da esfera pública que são os fluxos comunicacionais e racionais. Considerando que, como vimos, elementos históricos marcantes da cultura política brasileira, como o autoritarismo, a violência e a seletividade, ainda se fazem presentes, abre-se uma janela de oportunidade para instrumentos que contribuem para momentos de crise e instabilidade política.

Jürgen Habermas defende que quanto mais tentarmos nos entender de forma racional e igualitária, mais nos fortaleceremos como cidadãos, devendo, para tanto, buscar o melhor entendimento para com todos. A importância da democracia

deliberativa está em que cada um possa ter voz para debater demandas de interesse comum. Para isso, é necessário trazer de volta o sentimento de coletividade e pertencimento à esfera pública política brasileira, entender que não existimos em sociedade sem o outro. Restabelecer a capacidade do diálogo entre os que pensam diferentes, de forma agonística, não como inimigos, especialmente em tempos em que a violência extrema está sempre por perto.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Camilo; MENDONÇA, Ricardo Fabrino. As metamorfoses da esfera pública ou a nova mudança estrutural. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SARMENTO, Rayza (orgs.). **Crises da democracia e esfera pública: debates contemporâneos**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2023.

BACHINI, Natasha; BARBABELA, Eduardo; FERES JÚNIOR, João. A Lava Jato e a Mídia. In: FERES JÚNIOR, João; KERCHE, Fábio (coords.). **Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

BALZA, Guilherme. Ao anunciar que tarifa volta a R\$ 3, Alckmin e Haddad falam em ‘sacrifício’ e corte de investimentos. **UOL**, São Paulo, 19 jun. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/19/sao-paulo-reduz-tarifa-apos-pressao-popular.htm>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BAPTISTA, Érica Anita; TELLES, Helcimara de Souza. Lava Jato: Escândalo Político e Opinião Pública. In: FERES JÚNIOR, João; KERCHE, Fábio (coords.). **Operação Lava Jato e a Democracia Brasileira**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

BOZZA MARTINS, Flávia; DUTT-ROSS, Steven; VEIGA, Luciana Fernandes. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da Presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. **Revista de Sociologia e Política**, [S. I.], v. 27, n. 72, p. 1-22, 2020.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/72934>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Agência IBGE. PIB cai 3,5% em 2015 e registra R\$ 6 trilhões. **Agência IBGE**, Rio de Janeiro, 9 set. 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/17902-pib-cai-3-5-em-2015-e-registra-r-6-trilhoes>. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. Senado Federal. **133ª Sessão Deliberativa Extraordinária, 55ª Legislatura**. Notas Taquigráficas. Brasília: Senado Federal, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/3885>. Acesso em: 2 jan. 2025.

CARVALHO, Ana Amélia Silva. As esferas públicas subalternas na periferia do capitalismo: uma análise crítica da formulação habermasiana no contexto brasileiro. **ZIZ - Revista Discente de Ciência Política**, [S. I.], v. 1, n. 2, p. 117-136, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ziz/article/view/53450>. Acesso em: 15 set. 2025.

CHALOUB, Jorge; PERLATTO, Fernando. Democracia e esfera pública no Brasil: Entre a seletividade e a expansão. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SARMENTO, Rayza (orgs.). **Crises da democracia e esfera pública: debates contemporâneos**. Minas Gerais: Editora UFMG, 2023.

DATAFOLHA. Recorde, reprovação de Dilma supera a de pior momento de Collor. **Datafolha**, São Paulo, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/recorde-reprovacao-a-dilma-supera-pior-momento-de-collor.shtml>. Acesso em: 2 jan. 2025.

ESPÍRITO SANTO, Maíra Ouriveis do. **Lutas Sociais e Ciberespaço**: o uso da internet pelo Movimento Passe Livre nas manifestações de junho de 2013 em São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de São Paulo, Marília, 2014.

G1. 8% aprova e 71% reprovam governo Dilma, diz Datafolha. **G1**, São Paulo, 6 ago. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/71-reprovam-governo-dilma-diz-datafolha.html>. Acesso em: 2. jan. 2025.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Bene Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da Ação Comunicativa**. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2022. v. 1 e 2.

HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da Esfera pública e a Política Deliberativa**. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de; FERNANDES, Adélia Barroso. Espaço público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. **Revista Estudos Filosóficos UFSJ**, [S. I.], n. 6, 2017. Disponível em: <https://seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2282>. Acesso em: 8 dez. 2024.

OLIVEIRA, Nielmar de. IPCA: inflação oficial fecha 2015 em 10,67%. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jan. 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-01/ipca-inflacao-oficial-fecha-2015-em-maior-alta-desde>. Acesso em: 2 jan. 2025.

PECORARO, Caroline. **A ótica de quem faz a notícia: percepções de jornalistas brasileiros sobre a corrupção e a Operação Lava Jato**. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

SALOMÃO, Arthur. (Des)continuidades entre “Junho de 2013” e a campanha pró-impeachment em São Paulo: as mobilizações de 2013 para além do ovo da serpente e da revolta popular. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 20, 2024. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ran/article/view/226226>. Acesso em: 10 set. 2025.

SOUZA, Rayana Samara Soares de. **Jornadas de Junho de 2013 no Brasil**: uma análise dos protestos. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.

UOL. Economia brasileira encolhe 3,8% em 2015, pior resultado em 25 anos. **UOL**, São Paulo, 3 mar. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/03/03/pib-2015.htm>. Acesso em: 2 jan. 2025.